

Orçamento confunde

JEFFERSON PINHEIRO

nomia

Brasília, domingo, 16 de dezembro de 1990 **13**

senadores e deputados

LUIZ SALGADO RIBEIRO

Dois anos após reconquistarem, na Constituinte, o direito cassado pelo regime militar de alterarem despesas do orçamento federal, senadores e deputados constatam que o Congresso Nacional ainda está despreparado para cumprir satisfatoriamente esta função. É praticamente unânime esta opinião entre os 88 integrantes da comissão Mista Permanente de Orçamento, que esta semana em meio a marchas e contra marchas, nos últimos minutos da última prorrogação de prazo — conseguiu aprovar o Orçamento Geral da União para 1991, incorporando uma parte não calculada das 15 mil emendas apresentadas por parlamentares.

Até mesmo assíduos e interessados participantes da Comissão confessaram publicamente que estavam votando questões e números que desconheciam, baseados apenas na confiança depositada na palavra do relator-geral, deputado João Alves (PFL-BA) ou dos outros 56 relatores setoriais, que se encarregaram de destrinchar as milhares de páginas do projeto originário do Governo e adequar as emendas apresentadas por seus colegas. Não fazer isso significaria aceitar uma opção pior: "Aprovar sem nenhuma alteração o projeto do Governo, que seria a desmoralização do Congresso", conforme argumentou a deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB-DF).

DESPREPARO

Para o deputado César Maia (PDT-RJ) o despreparo do Congresso para tratar de problemas relativos ao orçamento "é técnico e cultural". Técnico, porque não dispõe de especialistas para analisar minuciosamente propostas e números apresentados pelo Governo, relativos aspectos corriqueiros da administração e — muito menos — a questões complexas, como energia nuclear, por exemplo. Cultural, porque os parlamentares, de uma maneira geral, estão sempre muito mais preocupados com o "varejo" do orçamento — isto é, conseguirem pequenas verbas, praticamente migalhas, para hospitais e escolas de suas regiões eleitorais.